

Reestruturação produtiva do capital no Cerrado: Morrinhos no contexto da modernização do campo em Goiás

Productive capital restructuring in the Cerrado: Morrinhos in the context of modernization of the field in Goiás

Marcos Antonio Marcelino
Faculdade de Anicuns, Goiás
marcosmarcelino073@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG
ufgmendoca@gmail.com

Júlio César Pereira Borges
Universidade Estadual de Goiás – Campus Pires do Rio
jcesar.ueg@gmail.com

Resumo

No Brasil a reestruturação produtiva do capital tem como base sustentadora o Estado neoliberal a partir do final da década de 1980. O neoliberalismo como sustentáculo ideológico da reestruturação produtiva, passou a atacar o controle do mercado pelo Estado, responsabilizando essa condição pelas mazelas sociais e propondo o Estado Mínimo, no qual, as grandes corporações passam a controlar a economia. Nesse contexto, o campo brasileiro é considerado estratégico, pois ocorre o fortalecimento da ação das grandes corporações, que passam a controlar, importante fatia da produção brasileira, pela via dos complexos agroindustriais responsáveis pela produção de *commodities* para o mercado mundial com desdobramentos espaciais substanciais. Seguindo essa vertente política e econômica da realidade brasileira, propomos o estudo sobre a territorialização do capital, a partir da modernização do campo no Município de Morrinhos. Partimos do pressuposto que esta atividade é resultado da reestruturação produtiva do capital no Brasil que se territorializa em Goiás a partir do final da década de 1970. Nessa condição é reorientado o uso dos territórios, rearticulando os sujeitos que o produzem, reordenando os lugares, criando novas legendas espaciais e alterando a existência local. O Município de Morrinhos entra nessa condição pela expressividade econômica, destacando-se a atividade canavieira que vem se tornando uma das principais atividades produtivas do Município.

Palavras Chave: Reestruturação Produtiva do Capital. Modernização do Campo em Goiás. Município de Morrinhos.

Abstract

In Brazil, the productive restructuring of capital is based on sustaining the neoliberal state from the end of the 1980s Neo-liberalism as an ideological bulwark of the restructuring

process, began to attack the market control by the state, blaming the condition for social ills and proposing the minimal state, in which large corporations come to control the economy. In this context, the Brazilian countryside is considered strategic, as is the strengthening of the action of large corporations, which now control important slice of Brazilian production, by way of agroindustrial complexes responsible for the production of commodities to the world market with substantial spatial developments. Following this political and economic aspects of Brazilian reality, we propose the study of the territorial capital, from the modernization of the countryside in the city of Morrinhos. I assume that this activity is the result of productive capital restructuring in Brazil that expand the territory in Goiás from the end of the 1970s this condition is reoriented the use of territories, rearticulating subjects that produce it, reordering the places, creating new spatial subtitles and changing the local existence. The Municipality of Morrinhos enters this condition for economic expressiveness, especially the sugarcane industry that has become one of the main productive activities of the municipality.

Keywords: Productive Restructuring of Capital. Field Modernization in Goiás. City of Morrinhos

Introdução

Ao propormos a discussão da modernização do campo em Goiás, estamos chamando a atenção para o contexto conjuntural do capitalismo e a ação indutora do Estado para realizar a sua expansão no território goiano, elencando as tramas que desencadearam esse processo modernizador. Para o embasamento teórico dessa proposta pautamos em estudiosos do assunto, tais como Borges (2000), Chaveiro (2001), Mendonça (2004), Gomes (2008), Calaça (2010), Inocêncio (2011), Castilho (2014), dentre outros que desenvolveram pesquisas defendendo a ideia de que a matriz socioespacial explicativa da modernização do território goiano decorre da modernização do campo brasileiro.

Um pressuposto que encaminha essa discussão é que embora a modernização do campo em Goiás tenha se consolidado a partir da década de 1970, teve um período preparatório chamado de *antecipação da modernização conservadora*, como é colocado por Chaveiro (2001).

Consideramos que a modernização do campo em Goiás é parte integrante da histórica política de expansão do capital internacional no Brasil e, por isso, teve uma condução externa.

O Estado pela via das políticas públicas¹ foi o condutor desse processo, aliado a uma elite nacional e ao capital externo implementando o que Inocêncio (2012)² considera como

¹Pode-se dizer, por exemplo, que a modernização do campo pela via da política pública traz consigo a pertinência desse Estado: a vontade de criar o Estado burguês e de transformar o território goiano numa arena territorial de rentabilidade capitalista. Por isso, partindo da ideia de que não há uma separação entre o Estado e a política pública, pois o Estado é o feixe abstrato de instituições, de órgãos, de autarquias, de ideologias e imaginários, e a política pública concretiza o sentido de ação. (BORGES, 2007, p. 21).

geopolítica da apropriação do Cerrado. Processo em que Goiás foi ponto estratégico. Fato a destacar é que esse processo transformou a estrutura territorial de Goiás, impondo condições diversas, o que impactou na existência do *povo goiano* que, sob os moldes da época, viviam da produção para atender as necessidades básicas que eram supridas pela produção diversificada e por uma relação de aproximação (simbiose) com os elementos constitutivos do Cerrado (solo, água, fauna, flora), constituindo práticas socioculturais.

Para Calaça (2010) essa realidade é suprimida pela modernização do campo. Nesse sentido nossa análise segue o raciocínio de Mendonça (2004), que afirma que as pesquisas desenvolvidas sobre esse assunto, alijaram a reflexão sobre o trabalho e a cultura. Essa condição levou à generalizações e simplificações que não responderam com profundidade as transformações no território goiano e a existência dos sujeitos cerradeiros.

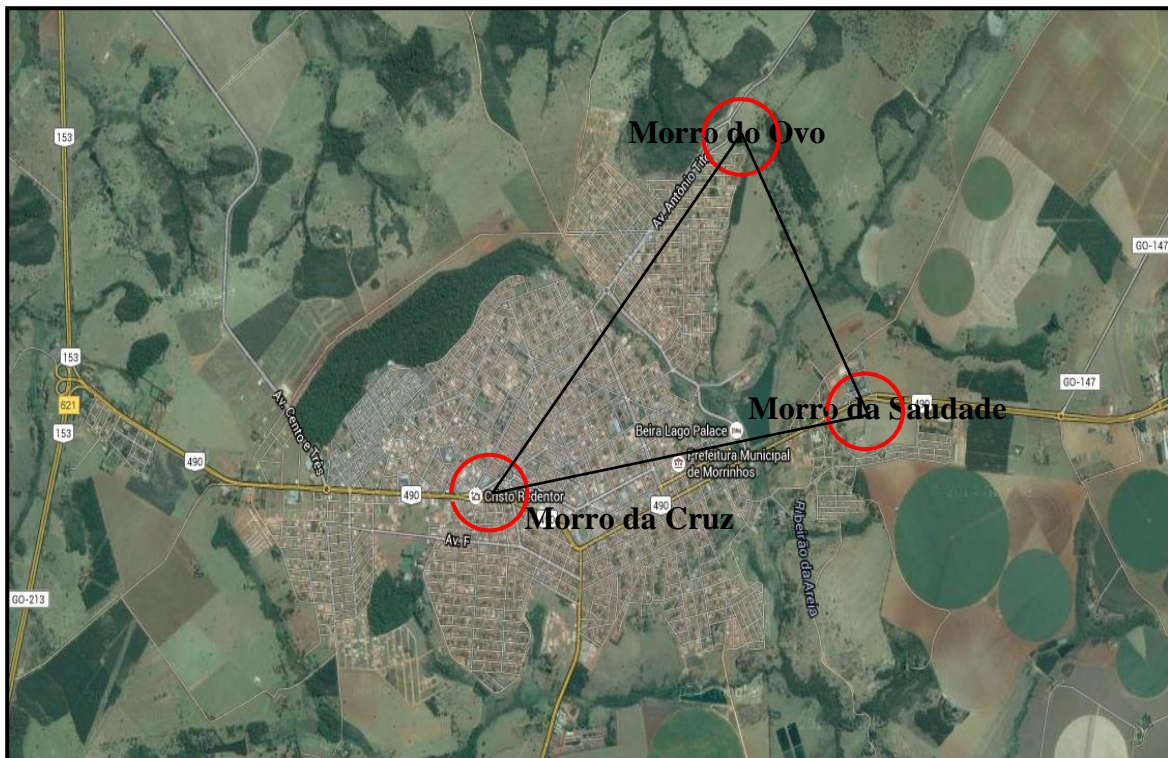
Seguindo esse raciocínio afirmamos que essa discussão consiste numa reflexão em que as transformações territoriais ocorridas a partir da modernização do campo em Goiás são entendidas no âmbito político, econômico, cultural e ambiental. O Município de Morrinhos é o recorte espacial, no qual analisamos essas processualidades, já que, entendemos ser este, um exemplo da modernização do campo em seu território.

Caracterização do Município de Morrinhos (GO)

A origem do nome Morrinhos é devido à conformação geomorfológica da região na qual existem três morros: *Morro do Ovo*, que dá acesso a cidade de Piracanjuba (GO); *Morro da Cruz*, local que fica a estátua do Cristo Redentor na região central da cidade; e *Morro da Saudade* que fica localizado na saída da cidade, sentido Caldas Novas (GO), conforme a Figura 01.

²Os investimentos estatais em infraestrutura logística, energética e de difusão de conhecimentos, redes de pesquisa, permitiu estimular a expansão e consolidação do capital pelo Cerrado, tendo na agricultura a “porta” de entrada. Redes de poder, que estabeleceram o itinerário do capital no campo e seu papel no processo de articulação, integração do produtor capitalizado e exclusão do camponês, trabalhador do campo. (INOCÊNCIO, 2012, p, 06)

Figura 01 – Localização dos três Morros que originaram o nome da cidade de Morrinhos.



Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2015.

Organização: MARCELINO, M. A. 2015.

De acordo com classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Morrinhos pertence a Microrregião Meia Ponte, que abrange também os Municípios de Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente e Vicentinópolis, totalizando 21 Municípios e ocupando uma área de 21.327,25 km². (IBGE, 2014).

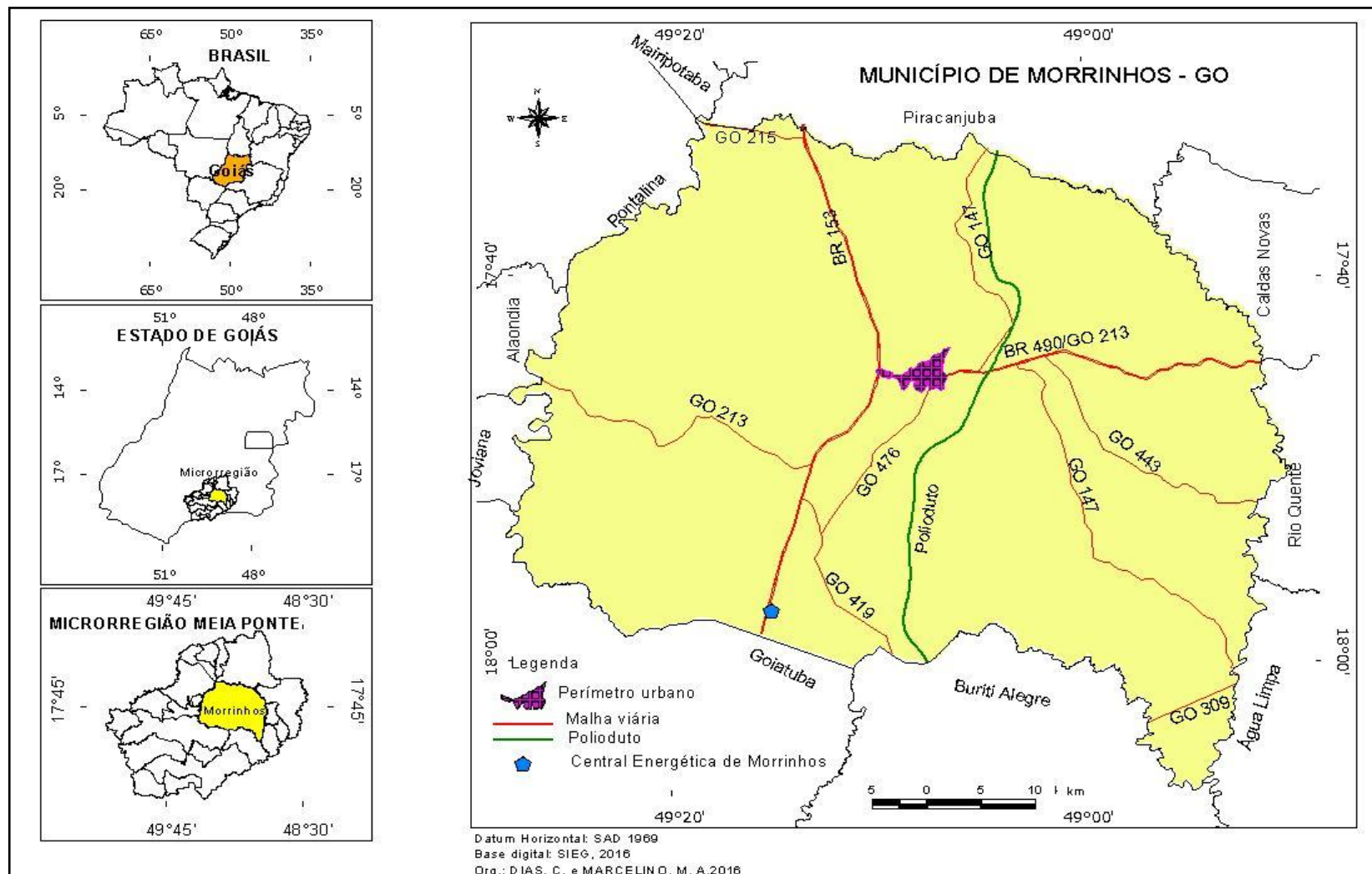
A área total do Município de Morrinhos (Mapa 01) é de 2.846.156 Km², limitando com os Municípios de Água Limpa (GO), Buriti Alegre (GO), Goiatuba (GO), Joviânia (GO), Aloândia (GO), Pontalina (GO), Piracanjuba (GO), Caldas Novas (GO) e Rio Quente (GO). É composto pelos povoados do Trevo de Pontalina, Vertente Rica, Marcelânia, Rancho Alegre e Jardim da Luz, além das Comunidades Rurais³: Formiga; Bom Jardim da Barra; Bom Jardim

³ Conforme a EMATER (2013) Comunidades Rurais é um conjunto de pessoas que fazem parte de um povo que vive no campo, com atividades ligadas a agricultura e a pecuária. Creio que também podem ser usadas como ferramenta de regionalização do território municipal, baseado na ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e nos conhecimentos/saberes dos moradores de determinada área. Ao longo da pesquisa utilizamos

I; Bom Jardim II; Piracanjuba; Chapadão; Mata dos Godóis; Contendas; Baixa Verde; Taboca; Vertente Rica; Macacos; Serra; Sombra da Mata; Vera Cruz; Paraíso; Capão Alto; Almas; Vinagre; Lajeado; Córrego Fundo; Cachoeira; Assentamento São Domingos; Samambaia; Buriti do Retiro; Santa Rosa; Escola Agrotécnica; Mimoso; Mata Grande; Areias; Araras; Cerradão; Mata das Araras; Mata da Uchoa e Barreiro. (EMATER, 2013).

Comunidades Camponesas, pois acredita-se ser mais adequado para nomear os grupos sociais que vivem e/ou laboram a terra, experienciando ações políticas, denominadas por Mendonça (2010) por *(Re)Existências* e por apresentarem um cunho político de luta pela permanência na terra, pela reforma agrária, pela água, e ainda a necessidade de afirmar a luta pelos territórios de vida.

Mapa 01 – Localização geográfica do Município de Morrinhos – Goiás.



O Município é cortado pela rodovia federal BR - 153 e rodovias estaduais GOs 213, 147, 215, 443, 419, 309 e 476, além de estradas vicinais que interligam as regiões citadas. A distância até Goiânia é de 128 km, 114 km de Senador Canedo (GO) cidade distribuidora de combustível, 336 km de Brasília e 289 km de São Simão (GO), onde está o porto de acesso a Hidrovia Paranaíba/Paraná/Tietê, principal ponto de ligação hidroviária entre o Centro-Oeste e o litoral brasileiro.

De acordo com dados do IBGE, no ano de 2010 a densidade demográfica do Município de Morrinhos era de 14.57 hab/Km², o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 0,806, o Produto Interno Bruto (PIB) *Per capita* R\$ 12.158,19, possuía 41.460 habitantes, sendo 35.959 na cidade e 5.501 no campo. Porém a estimativa atual é que Morrinhos possua uma população total de 44.607 habitantes (IMB, 2015).

Morrinhos no Contexto da Modernização do Campo em Goiás

Como afirmado anteriormente, a modernização do campo brasileiro tem um período preparatório que se inicia no final do século XIX e começo do século XX. Nessa época, o Estado de Goiás estava isolado das demais regiões do país devido a escassez de estradas e precariedade dos meios de transportes.

A implantação de vias de transporte possibilitou uma maior inserção da economia do sul do Estado ao mercado logo nas primeiras décadas do século, enquanto a região norte permaneceu isolada e esparsamente povoada até os anos 60. A atividade agropecuária se distribuía no conjunto do Estado de acordo com a modalidade de ocupação e a qualidade agrônômica da terra: nas regiões de Cerrado predominava a criação extensiva do gado; nos vales e nas zonas de mata, a agricultura e a extração de madeira. A maior parte da população vivia no campo e dedicava-se às atividades primárias. Uma precária rede de estradas e caminhos ligava as fazendas aos núcleos urbanos existentes. (BORGES 1990, p. 01).

Com isso, via-se ainda ao longe a possibilidade de desenvolvimento econômico na região. Internamente, a produção agrícola do Estado de Goiás manteve-se organizada com a *economia do excedente*⁴ até o início do século XX, quando a produção era basicamente para o autoconsumo. Ainda, segundo Borges (1990), a falta de mercado local e de meios de

⁴ Expressão de Borges (1990) ao se referir a ocorrência do excedente e ao comércio local.

transportes eficientes para escoar a produção para outros estados, representavam problemas cruciais para o desenvolvimento da atividade agrícola regional.

Nesse contexto, os meios de transportes mais comuns eram os carros de boi e as tropas que tinham capacidade limitada de volume de transporte. Por outro lado, sulistas e mineiros depois de ocuparem o Triângulo Mineiro, entraram em Goiás procurando terras para a atividade agropecuária, mas, uma das condições para que houvesse expansão da fronteira agrícola era a implantação de uma infraestrutura de transporte que viabilizasse esse desenvolvimento.

Segundo Borges (1990) a interiorização da ferrovia, interligando o território goiano (Sudeste de Goiás) ao Sudeste do país, contribuiu para romper os grilhões que condicionavam a produção agrícola regional a uma situação de produção para o autoconsumo com poucas relações comerciais com o *exterior*.

As lavouras cresceram e especializaram-se ao ritmo do prolongamento dos trilhos. Dessa forma, ao lado da pecuária de corte, a agricultura começava a se organizar também como atividade mercantil. A produção que antes apodrecia nas roças, por falta de meios de transporte para escoá-la, passou a ser exportada para os mercados do Centro-Sul. (BORGES, 1990 p. 2).

Neste contexto observa-se que houve significativa contribuição da ferrovia como propulsora da economia do Estado de Goiás, fazendo despontar o desenvolvimento do campo. Borges (1990) afirma que este desenvolvimento se deu em dois planos: primeiro no Sudeste, na região da Ferrovia; e, em seguida, no Sudoeste e no Mato Grosso goiano. O Sudeste goiano, favorecido pela posição geográfica e pela penetração de vias de transportes, foi a primeira região a integrar-se à fronteira agrícola.

Todo o impulso dado pelo Estado por meio da implantação da Ferrovia propiciou uma aproximação do Estado de Goiás com a região Sudeste do Brasil, como é destacado por Borges (2000)⁵. O Estado brasileiro, ao avançar com a ferrovia para o interior do Brasil, trouxe não somente uma infraestrutura básica para o escoamento da produção, mas também, novas ideias que influenciaram nas estruturas sociais do setor agrário do território goiano.

⁵ Com a ferrovia chegou o trabalho assalariado, os sindicatos de trabalhadores, o Partido Comunista, as primeiras mecanizações do campo com o beneficiamento do arroz e dos primeiros produtos da carne bovina, que já podiam ser produzidos em território goiano com o envio dos equipamentos do sudeste brasileiro para Goiás por meio da ferrovia. Contudo, permaneceu a estrutura agrária do latifúndio e da concentração das riquezas. Goiás foi inserido no modelo de produção orientado e comandado pela indústria de São Paulo. (BORGES, 2000, p. 50).

Acompanhando o raciocínio de Borges (2000). Afirma-se que a ferrovia foi a primeira intervenção de uma rede técnica⁶ de grande monta no território goiano, capaz de interferir com veemência no modelo produtivo e na existência do goiano. De acordo com Castilho (2012) a modernidade se apresenta na articulação do território goiano aos interesses capitalistas no Brasil.

No final do século XIX o povoamento em Goiás era disperso e as localidades forjadas por restritas relações com outros espaços do País. Criar as condições para que a fronteira econômica nacional alcançasse as terras goianas significava que a criação de um Estado e a constituição de um marco legal deveria ser acompanhada por uma infraestrutura que permitisse a ligação entre diferentes espaços produtivos e de consumo. As redes de transportes, nesse sentido, foram importantes meios para a conexão de Goiás com outros espaços do país, especialmente com o sudeste brasileiro. (CASTILHO 2012, p. 03).

Essa lógica continua com a abertura de estradas que interligava as sedes municipais a ferrovia. Essa condição se deu em Morrinhos na década de 1920, com a abertura de estradas vicinais que interligava a cidade de Ipameri (GO), então importante pólo de comercialização com o Sudeste do país, por ser constituído de uma estação da ferrovia. As estradas eram precárias devido às condições naturais, tais como: hidrografia, vegetação e relevo. Mesmo nessas condições a economia local passou a movimentar, principalmente quanto ao fornecimento de produtos primários para a região Sudeste do país.

O adentrar da ferrovia no Estado de Goiás foi um fator que contribuiu para o desenvolvimento econômico, pois o integrou ao Brasil e ao mundo, fortalecendo a economia e abrindo novas formas para exploração do campo. A infraestrutura ferroviária do século XIX contribuiu para a atual dinâmica do território goiano, mesmo representando uma pequena parcela em relação à dimensão do Estado de Goiás.

Segundo Furtado (1983, p. 51), “O século XIX, foi muito favorável ao desenvolvimento porque a fronteira agrícola pôde deslocar-se rapidamente e a população cresceu com grande intensidade”. Esses dois fatores, aliados ao progresso técnico, criaram

⁶É significativo o papel que as redes de transportes desenvolvem junto ao sistema produtivo. Além de condicionar os fluxos do território e a própria produção de bens e produtos, a sua distribuição e/ou espacialização diferenciada influencia uma produção do território também desigual, direcionando a produção para regiões específicas e configurando o território conforme as ações dos atores sociais. (CASTILHO, 2012, p. 01).

grandes estímulos aos investidores, dando lugar ao aparecimento de uma economia direcionada ao campo.

Em relação à interferência das redes técnicas na modernização do campo goiano percebe-se a intensificação da atuação do Estado através de políticas voltadas diretamente para o desenvolvimento desse território, como a construção de Goiânia e a instalação da Fundação Brasil Central além, da Colônia Agrícola em Ceres. Esses fatos se devem a política de interiorização do capital no Brasil, obedecendo aos planos de desenvolvimento econômico brasileiro, estipulado por Getúlio Vargas em 1930, fomentado pela política de integração nacional⁷. Neste contexto o Estado de Goiás passou a ser a porta de entrada para realização de projetos expansionistas, estipulados pelo governo nacional.

No início da década de 1950, ocorreu a alternância de atividades produtivas no campo que por sua vez respondia às exigências do mercado ao mesmo tempo em que a agropecuária regional se definia, como modelo de atividade complementar da economia do Sudeste.

Com o crescimento da urbanização em Goiás, aumentaria naturalmente o consumo interno de gêneros alimentícios. A agricultura comercial, que produzia essencialmente para o mercado “externo”, passou a se organizar, também, em função da demanda local. O aumento populacional de Goiânia, Anápolis e de outras cidades do Estado, assim como a construção de Brasília, influenciaram diretamente no crescimento do mercado agrícola regional. O aumento da demanda local de alimentos reduzia, em parte, a dependência do agro goiano em relação aos mercados de Centro Sul e abria novas perspectivas de crescimento e modernização do setor. (BORGES, 1999 p. 51).

Outro momento de forte atuação do Estado Nacional no território goiano foi no Governo de Juscelino Kubitschek (JK) na década de 1950, período em que houve uma maior aproximação do governo com o capital externo. Entre os fatos mais importantes desse momento foi a transferência da capital federal para o Centro Oeste e a construção de rodovias,

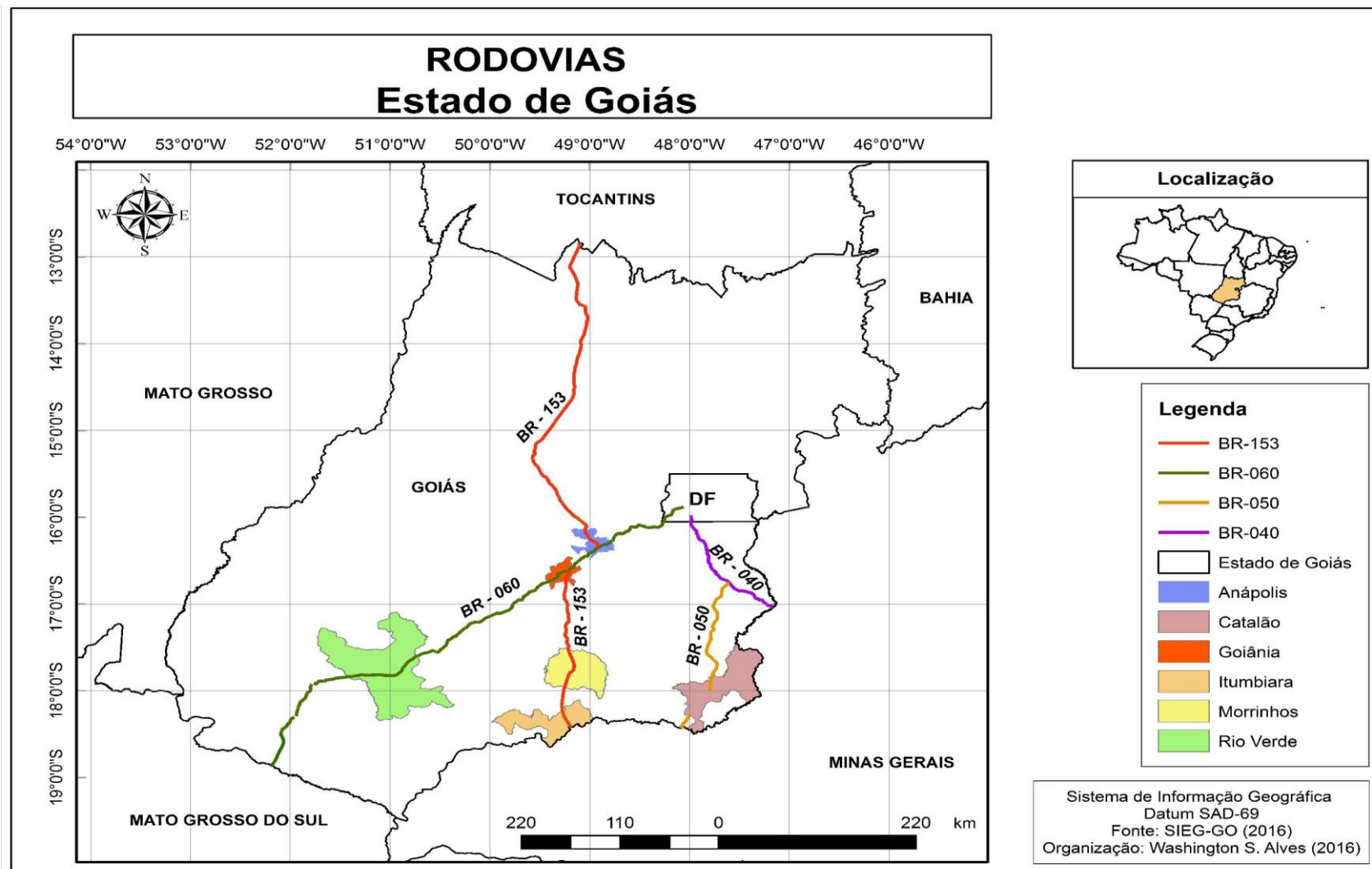
⁷Para Estevam (2004) a ideia de integração nacional dos governos militares no Brasil vem de encontro aos interesses do capital internacional à procura de novas fronteiras para conquistar e instituir seus territórios capitalistas. Pressionadas pelos movimentos ambientalistas internacionais, muitas empresas da Europa e dos Estados Unidos procuraram se instalar nos chamados países do terceiro mundo, como eram conhecidos, naquela época, os países emergentes, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, com as chamadas “Revoluções Verdes”. Para ganhar a opinião pública brasileira o governo intensifica a campanha de integração nacional. Ammann (1982) diz que até os intelectuais do desenvolvimento de comunidades absorvem a ideologia da integração devido ao sucesso da campanha do governo federal na ditadura militar. Segundo a autora, a “integração” é um instrumento ideológico do governo e das classes dominantes para manipulação das massas no sentido de ganhá-las para seus projetos conservadores.

o que influenciou significativamente na modernização do campo em Goiás, processo que se intensificou na década de 1960.

De acordo com Estevam (2004) a política nacional desenvolvimentista de JK abriu as portas do país para o capital estrangeiro. Durante o seu governo chegaram ao Brasil as montadoras de automóveis como a Ford, Volkswagen, Willys e General Motors (GM). Essas indústrias se instalaram na região Sudeste do Brasil. Nesse momento o Estado busca a consolidação da atuação do capital no interior do país através da criação de infraestrutura que viabilizasse a entrada de capital externo no Brasil. Neste contexto, o Centro Oeste se transforma em uma região estratégica, como consumidora de produtos industrializados e fornecedora de matérias primas.

Aliado a construção de Brasília o governo de JK implementou uma rede de rodovias que interligavam a capital as regiões do país, consolidando a política de integração regional do Brasil. As primeiras rodovias passam pelo território goiano (Mapa 02), influenciando diretamente na reestruturação socioeconômica do Estado, pois deram suporte ao desenvolvimento de várias atividades produtivas, principalmente ao escoamento da grãos que propiciou o desenvolvimento da agricultura moderna em Goiás.

Mapa 02 – Rodovias BRs do Estado de Goiás (2016)



Para Estevam (2004) a construção de Brasília em território goiano proporcionou uma grande investida do governo federal em rodovias federais em Goiás com a criação das rodovias BR-020, Brasília-Fortaleza, passando por Formosa; BR-040, Brasília Sudeste, ligando Goiás a Minas e Espírito Santo; BR-050, Brasília-São Paulo, passando pelo Sudeste Goiano e Triângulo Mineiro; BR-060, Brasília-Mato Grosso e Paraguai, passando pelo Sudoeste Goiano; BR-153, Brasília-Belém, cortando Goiás de norte a centro-sul e se constituindo numa espécie de espinha dorsal de parte de Goiás e do Estado do Tocantins. Nesse cenário rodoviário, a BR-153 tem papel de fundamental importância para o desenvolvimento do território goiano, pois a chamada integração nacional passa obrigatoriamente por Goiás, onde 678 Km da BR está dentro do seu território, parte significativa no Município de Morrinhos (Foto 01).

Foto 01 – BR-153 duplicada – Município de Morrinhos/GO.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

A proximidade com Goiânia (128 Km) coloca Morrinhos no circuito locacional do desenvolvimento econômico de Goiás e, por isso, se beneficia dos investimentos públicos como é o caso da BR-153, que coloca a região em uma das principais rotas dos fluxos comerciais do país.

Quando há uma rede de transportes dentro de um determinado território, os investimentos passam a ser mais articulados e determinantes para o desenvolvimento econômico locacional. No entanto, as distâncias se tornaram relativas com a estruturação do sistema técnico-científico-informacional, no qual permite o desenvolvimento em vários setores do agronegócio no Estado de Goiás e conseqüentemente no Município de Morrinhos. Este sistema, de acordo com Santos (1999), permite a estruturação de redes técnicas materiais e imateriais que permeiam os usos do território.

Portanto, os modais de transportes são constituídos de amplitudes cada vez mais organizadas, tanto em sua extensão, quanto em suas influências nas relações com o mercado. É o que tem ocorrido com o Município de Morrinhos no contexto da logística de transportes. “Não basta, pois produzir. É indispensável por a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção.” (SANTOS, 1999, p. 218). Além disso, o autor relata que:

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessado aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes de técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda eficazes. A fluidez é ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constroem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes, tecnopólos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles “circulam”. É como se também fossem fluxos. (SANTOS, 1999, p. 218).

Percebe-se que a reestruturação territorial envolve várias frentes e para que o mesmo seja articulado é preciso que as redes de fluxos interajam entre si, gerando conseqüentemente os titulados circuitos espaciais da produção. Neste contexto envolve-se tanto a questão da circulação da mercadoria quanto de força de trabalho. Para Santos (1987), [...] os circuitos espaciais nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país.

De acordo com os referenciais apresentados, compreende-se que a logística de redes dos transportes são determinantes para o desenvolvimento econômico de Goiás. O Município de Morrinhos entra em destaque por ser contemplado por uma relevante logística, com destaque a presença da BR-153, que interliga o Município a importantes centros

consumidores de produtos agrícolas, assim como, a importantes portos e aeroportos, que possibilitam acessos eficazes, ganhando destaque no cenário do agronegócio.

De acordo com Elias (2013), as regiões do agronegócio funcionam como fração do espaço total das redes industriais globalizadas, e estão cada vez mais abertas às influências exógenas da produção competitiva internacional. As regiões interagem e se articulam com outros espaços de produção e comercialização, recebem normas e ao mesmo tempo compartilham, entre outros, renovação tecnológica. Os resultados dessas interações contribuem para o desenvolvimento do capital.

Neste contexto de desenvolvimento, ocorre uma transformação territorial e social, ocasionando mudanças estruturais. Segundo Pereira (1979, p. 21), “[...] o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”. No entanto, o que se destaca nessa pesquisa é o contrário, a ação destrutiva do capital pelo viés da modernização do campo em Morrinhos. Nesse contexto, evidencia-se que o desenvolvimento econômico é caracterizado pelo avanço em vários setores da economia, mas os benefícios gerados não são absorvidos por toda sociedade.

Políticas Estatais e Modernização do Campo em Goiás

Na conjuntura política e econômica da década de 1960, precisamente até o golpe militar (1964), o setor agrário brasileiro se torna a centralidade do Governo Nacional preconizada pela pressão do capital externo e pelas movimentações dos diferentes setores da sociedade (partidos, sindicatos, movimentos sociais etc.), que exigiam a reforma agrária com manifestações nas ruas. Para Gonçalves Neto (1997) duas principais vertentes se ocupavam desse debate: a primeira era a defesa de uma reforma agrária; a segunda de modernização das relações de produção sem que, necessariamente, se promovesse uma intervenção sobre a estrutura agrária do país.

A segunda opção venceu com o golpe militar de 1964. Os governos militares incumbiram de levar à frente a modernização do campo, entendendo-a como parte do planejamento de modernização do campo brasileiro. Para Gonçalves Neto (1997) esse

processo se deu sem preocupação com os problemas sociais que afligiam o setor agrário na época, por isso, é considerado como um modelo excludente e concentrador⁸.

As políticas estatais introduzidas pelo governo federal, no território goiano impulsionaram a economia provocando a modernização do campo. Neste contexto de desenvolvimento, investimentos na infraestrutura (transportes, logística, energia) foram fundamentais para a economia do Cerrado goiano.

Em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que estava vinculado ao investimento, custeio e comercialização. Segundo Moraes (2005) o mesmo concedia empréstimos de forma facilitada, porém uma pequena parcela de grandes produtores (empresários rurais) tinha acesso a esse crédito, especificamente aqueles que produziam para exportação e/ou produziam para substituir os produtos importados.

No ano de 1972 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e em 1974 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Houve o estabelecimento do sistema de crédito rural nas seguintes modalidades: fundiário, investimento, custeio e comercialização; depois, a institucionalização da pesquisa agropecuária (com a criação da EMBRAPA) e, em seguida, a centralização das atividades de assistência técnica e extensão rural (a formação da EMBRATER). Além do mais, o Estado estimulou a produção de insumos extra-setoriais com a expansão do departamento produtor de bens de capital, isto é, de máquinas (colheitadeiras e tratores, principalmente) e equipamentos, e de fertilizantes, corretivos e “defensivos” ou agrotóxicos agrícolas. (TAVARES, 1991, p. 22).

Para Santana (2006), as pesquisas realizadas pela EMBRAPA abrangem as áreas de ciências agrônômicas, veterinárias, da sociologia e da economia rural, além daquelas relacionadas com a agroindústria, podendo, ainda, estender-se às ciências florestais e do meio ambiente.

O Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CEPAC), criado em 1975, está inserido entre os centros de pesquisa citados anteriormente. Suas pesquisas são voltadas para o Cerrado. De acordo com Franco (2003, p. 23) “[...] esse por sua vez, foi de fundamental importância para o sucesso da agricultura moderna no Cerrado brasileiro, sendo o responsável direto na correção do solo e na adaptação da soja no Cerrado”.

⁸ Para Moraes (2005) a modernização conservadora transforma as estruturas de trabalho, de organização da produção e de consumo, e conserva a estrutura de classes com a concentração das riquezas e dos meios de

Para disseminar a modernização do campo no Cerrado foram criados alguns programas governamentais. “Os de maior destaque no âmbito da inserção de capital e tecnologia foi o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), criado em 1975 pelo Governo Federal. Visava a incorporação das áreas do Cerrado ao processo produtivo nacional e internacional por meio de subsídios”. (MATOS, 2011, p. 95).

Segundo Inocêncio (2010, p. 73) “O POLOCENTRO foi projetado para um período de 10 anos, porém foi desativado no início da década de 1980, por apresentar baixo crescimento da produção e da produtividade em relação aos recursos investidos.” Outro projeto que apresentou melhores resultados foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que foi um dos condutores do processo de modernização do campo no Cerrado, responsável por significativo movimento do capital.

Na década de 1970 sucediam conflitos políticos e econômicos entre Japão e os Estados Unidos. Devido à fragilidade econômica entre os dois países, o Japão teve a iniciativa de fazer investimentos na produção de grãos no Cerrado, com apoio do governo brasileiro.

A frustração da safra de grãos ocorrida em âmbito mundial, em 1973, despertou no Japão a necessidade da diversificação de fornecedores, principalmente de soja. O Brasil desejava aumentar a produção de grãos, pelo desenvolvimento da agricultura da Região dos Cerrados – considerada, até então, imprópria para agricultura – assim os olhos destas duas nações se voltaram para esta extensa área do Cerrado brasileiro. Com o objetivo de tornar a área mais produtiva aproveitando todo seu potencial, bem como estimular a migração racional, foi criado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. O programa teve início em um comunicado conjunto assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974, que estabelecia a relação entre os dois países sobre o desenvolvimento agrícola. Os objetivos principais do programa foram: Estimular o aumento da produção de alimentos; Contribuir para o desenvolvimento regional do país; Aumentar a oferta de alimentos no mundo; Desenvolver a região do Cerrado. Tudo isso com a participação dos governos e do setor privado de ambos os países. (REVISTA CAMPO, 2010, p. 179).

Essa nova realidade incentivou a migração de produtores do Sul e Sudeste do Brasil para o Sudeste goiano, trazendo uma nova característica de trabalho e costumes, bem diferentes dos “nativos” do lugar. A chegada desses migrantes acompanhou a expansão das áreas de produção agrícola do Cerrado, provocando a sua modernização, intermediada por

produção. (BORGES, 2007, p. 37).

políticas estatais que criaram o PRODECER e outros, que ofereciam infraestrutura e recursos financeiros necessários para a modernização do campo.

No Sudeste Goiano, os sulistas foram os personagens do capital “convidados” a compor o “novo” cenário agrícola das áreas de chapada. Esses novos sujeitos metamorfosearam não apenas a paisagem com seus cultivos, mas também a estrutura da produção, transformando as fazendas em empresas rurais, espaço símbolo do capital. (MATOS, 2011, p. 194).

Esses empresários agrícolas⁹ vindos do Sul e Sudeste tinham acesso às técnicas e as tecnologias, uma vez que, a modernização chegou anteriormente nas terras do Sul do Brasil e, portanto, eram considerados mais preparados. Situação que os colocava em contraste com os agricultores/camponeses locais.

Neste contexto do PRODECER foi feita entrevista com um migrante (Sujeito 01)¹⁰ que chegou no Estado de Goiás no ano de 1986, vindo da região Sul do Brasil, com objetivo de investir no Cerrado goiano, incentivado pelo referido Programa.

A nossa propriedade é de 271,3 ha, moramos na cidade, devido ao fator de escola dos filhos. As principais atividades realizadas na propriedade e a agricultura com utilização de tecnologia de ponta, a opção se deve a topografia favorável da propriedade, que possibilita a irrigação. Iniciamos as atividades em Goiás em 1986, já utilizando a mais moderna tecnologia da época, com correções do solo e alta tecnologia para o plantio da soja. No primeiro ano teve de corrigir o solo, a partir daí, utilizamos todas as inovações como o plantio direto. Atualmente não existe no Brasil uma política agrícola eficaz, o produtor rural fica a mercê de tudo. Quando tem preço não tem produto e o inverso. O governo, não possui armazéns para manter estoques, o que faz a instabilidade de preços conforme é o produto. Quando acontece frustrações na safra: chuvas, secas ou outras divergências, não possui seguro agrícola, o produtor assume todo o risco. As multinacionais são as maiores compradoras, definem o valor, principalmente as *commodities*, como não há armazéns para a estocagem da safra os fretes oneram demais, pois o navio fica aguardando no porto o produto, as tarifas são elevadas, pois os portos também não têm eficiência, estradas em precárias condições, dos lugares de produção ao porto encarecem os fretes. Os Juros são elevados, além disso o crédito oficial é limitado, não atende a

⁹ Os sulistas – empresários rurais oriundos dos Estados da região Sul e de São Paulo, que possuíam experiência na agricultura moderna, já iniciada nessas áreas com o cultivo do trigo e da soja, se deslocam para o Cerrado, atraídos pela disponibilidade de recursos técnicos e tecnológicos e pelas políticas de fomento do Estado; adquirem as terras baratas e iniciam o processo de transformação das paisagens de Cerrado em grandes campos de cultivo. (THOMAZ JUNIOR; MENDONÇA, 2002, p. 20).

¹⁰ Migrou para o Município de Morrinhos em 1986 com 26 anos e curso superior completo, a família já desenvolvia a agricultura moderna na região Sul do Brasil.

todos. A nossa agricultura foi destruída e levada ao segundo plano, quem quiser tem que arriscar tudo e contar com muita sorte para ter êxito: 1º grande carga tributária (impostos em cascata); 2º legislação trabalhista (onera demais); 3º política agrícola (não existe); 4º armazéns (controla o preço); 5º intempéries (excesso ou falta de chuvas, secas, pragas etc.) 6º crédito agrícola (limitado); 7º seguro agrícola (não existe). O produtor tem risco total. (Sujeito 01).

Na visão desse produtor (empresário rural), o governo brasileiro ofereceu apoio para o desenvolvimento da agricultura através da implantação de políticas estatais específicas e que nos dias atuais os empecilhos são muitos, dificultando manter a produção. No nosso entendimento esse posicionamento é divergente, tendo em vista que esse setor sempre foi prioridade para os investimentos dos governos brasileiros ao longo dos anos. O que está em questão é a realidade capitalista mundial que enfrenta crise e desestabiliza a economia dos países dependentes do capital externo, colocando-os em recessão e obrigando a tomar medidas econômicas rígidas, mesmo assim, o setor de exportação de *commodities* é o menos afetado.

Conforme Estevam (2004), o processo de modernização no campo em Goiás foi parcial, uma vez que contemplou com maiores recursos o financiamento os grandes produtores, concentrando-se no cultivo de produtos com maiores possibilidades de mecanização e exploração em alta escala. Apesar do ponto de vista crítico, o autor concorda que houve uma mudança visível que alterou sobremaneira o mundo rural goiano.

A técnica de produção continua sendo profundamente modificada no território goiano pelos segmentos industriais a montante (indústrias vendedoras de máquinas e insumos) e a jusante (indústrias transformadoras da matéria-prima agropecuária). Tanto que a redução do tempo de trabalho necessário/período de produção alterou as relações sócio-econômicas regionais. Tal processo pode ser apreendido em função do aumento acelerado do número de tratores na região. O comportamento desta variável é significativo porque a máquina viabiliza a utilização de implementos (arados, semeadeiras, pulverizadores), bem como o consumo sistematizado e rotineiro de outros insumos agrícolas [...] A agroindústria de transformação alimentar, como não poderia deixar de ser, surgiu com a urbanização no território goiano, aprofundando a inserção de Goiás no cenário econômico nacional. A reestruturação técnico-produtiva caracterizou-se pelo emprego de maquinaria e de insumos industriais acelerando o processo de modernização agrícola regional. (ESTEVAM, 2004 p. 78).

As considerações do autor partem dos reflexos diretos sobre a agricultura tanto em seu processo de produção, quanto de seus resultados no mercado. Tais transformações mostram a crescente participação do capital para o desenvolvimento econômico de Goiás.

A década de 1980 e 1990 foi caracterizada pela consolidação do modelo da agricultura moderna em Goiás. Nesse momento a atuação do Estado concentra-se principalmente no campo, com infraestrutura voltada aos grandes proprietários que sobressaíram em relação aos pequenos proprietários que não obtiveram os mesmos incentivos. Esses investimentos eram a garantia de desenvolvimento econômico, justificando a força do campo no Cerrado goiano, no contexto da economia nacional.

Esse processo interfere nos rearranjos territoriais, devido à intensa mobilidade socioeconômica imposta pelo avanço técnico e científico empregado no sistema produtivo do Cerrado goiano. Na atualidade o setor sucroenergético se torna expoente dessa ação modernizadora, colocando Goiás no cenário produtivo do açúcar e do etanol relacionado diretamente ao mercado exportador. Realidade que compõe a nova ordem da modernização do campo no Município de Morrinhos.

O Município de Morrinhos entra no cenário do setor sucroenergético no ano de 2005, quando o Grupo Camargo Mendonça (CAMEM) do interior de São Paulo instalou a unidade de produção no Município, que oferecia incentivos fiscais, além dos aspectos físicos favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar. Além da localização e facilidade de logística para escoamento da produção, pois o Município é atravessado por rodovias estaduais e a BR-153, interligando o Estado de Goiás com o Brasil, inclusive com acesso ao porto de São Simão, que facilita a exportação.

O Município de Morrinhos apresenta dados significativos em relação a área plantada e produção de cana-de-açúcar (tabela 01), principalmente a partir da chegada do grupo colorado que realizou grandes investimentos no setor.

Tabela 01 - Área plantada e produção de cana-de-açúcar em Morrinhos – GO 2008/2014

Lavoura Temporária Morrinhos (GO) 2008-2014 = Cana-de-açúcar		
Períodos	Área plantada (hectares)	Produção (toneladas)
2008	9.700	----
2009	9.700	8240.500
2010	14.700	8240.494
2011	18.000	1.465.200
2012	18.500	1.517.000
2013	12.150	1.032.750
2014	15.000	1.275.000

Fonte: IBGE/2015

Organização: MARCELINO, M. A., 2016.

A atividade canavieira no Município de Morrinhos ocorreu em grande proporcionalidade a partir do ano de 2008, motivo que justifica a falta de registros (dados) anterior a essa data. Observamos que a partir de 2010 ocorreu crescimento vertiginoso em relação a área plantada, aumentando a produção no ano subsequente. Nos anos de 2011/12 o crescimento em área plantada e produção alcançaram o ápice, porém no ano de 2013 apresentou queda, com recuperação na safra de 2014.

O que vale destacar é que O município de Morrinhos está inserido na lógica da reestruturação produtiva do capital no Brasil, pela via da modernização territorial do país, articulada em Goiás pela modernização do campo. Nesse constructo, o setor sucroenergético é o destaque atual, o qual, vem direcionando o Município rumo ao projeto excludente e concentrador do capital consolidado em Goiás a partir de 1970.

Considerações finais

A reestruturação produtiva do capital no Cerrado está constituindo uma (re)produção econômica no campo no Estado de Goiás e no Município de Morrinhos respectivamente. Essa nova realidade tem provocado diferentes apropriações socioeconômicas ocorridas ao longo da história, caracterizadas pelos interesses do capital.

Essa é uma realidade que atingiu o Estado de Goiás no final de 1970 e o Município de Morrinhos, no início de 1980, com incentivos das políticas públicas, provocando grande transformação espacial nos seus respectivos territórios, refletindo na reconfiguração de suas paisagens, dada pela modernização da agricultura e pela chegada do setor sucroenergético no início do século XXI, a qual representa uma nova dinâmica no campo no Município de Morrinhos, trazendo mudanças socioespaciais, provocando (re)ações de proprietários de terras que se tornaram arrendatários ou fornecedores de cana-de-açúcar para a Usina local, trazendo uma nova caracterização territorial no campo.

Os elementos supracitados são associados aos paradigmas da modernidade contemporânea, permitindo o enfoque do fenômeno local em total interação com fenômenos extra-locais, ou seja, a totalidade dos fatos ficam relativizada pelo peso das ações do Estado, através dos investimentos no campo, trazendo novas perspectivas econômicas.

Referências

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1982.

BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia-GO: Ed. UFG, 2000.

_____. **O despertar dos dormentes**. Goiânia-GO: CEGRAF/UFG, 1990.

BORGES, J. C. P. **Estado e políticas públicas em Goiás: Trilhos, Estradas e Fios da Modernização do campo Goiano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada ao Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2007.

CALAÇA, M. **Territorialização do capital: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado**. Ateliê Geográfico-edição especial, vol.1. n° 9. Goiânia-GO: 2010. p.6-23.

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada ao Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2014.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2001.

ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Estudos urbanos e regionais. vol.13 , n°2/novembro/2013.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica da formação eco-nômica de Goiás. 2ed. Goiânia-GO: Editoria da UCG, 2004.

FRANCO, J. B. S. O papel da EMBRAPA nas transformações do Cerrado. In: **Revista Caminhos da Geografia**. Vol.2, nº 3, p.21- 40.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 1ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em: 26 de dezembro de 2014.

IMB – Instituto Mauro Borges. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

INOCÊNCIO, M. E. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: O PRODECER**. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto ao Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. 2010.

MATOS, de P. F. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia-MG: 2011.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457f. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP: 2004.

MENDONÇA, M. R.; JUNIOR, A. T. **A modernização do campo nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho**. Investigaciones Geográficas / Universidad Nacional Autónoma de México/edito@ipiris.igiograf.unam.mxISSNversiónimpresa: 0188 – 4611 México, 2002, p. 97-121.

MORAES, R. de S. As formas contemporâneas da captura capitalista do território goiano. In: **A captura do território goiano e a sua múltipla dimensão Socioespacial**. (Org.) CHAVEIRO, Eguimar Felício. Goiânia-GO: Ed. Modelo. 2005.

PEREIRA, B. C. L. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

REVISTA CAMPO. **Prodecercer**. Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder>>. 2010. Acesso em: 29 de dezembro de 2015.

SANTANA, C. R. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. [online], v.49, n.2 157-177, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1987.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Crítica da Sociologia rural e a construção de outra Sociologia dos processos sociais agrários. In: **Ciências Sociais hoje**. Anuário de antropologia, Política e Sociologia. São Paulo: Ed. Vértice. 1991, p. 13-51.

Sobre os autores

Marcos Antonio Marcelino

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Professor da Faculdade de Anicuns/GO. Professor da Secretaria Municipal de Educação de Caldas Novas Goiás – Membro do grupo de pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU/IESA/UFG).

Marcelo Rodrigues Mendonça

Atualmente é professor Associado I dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia e Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás do Instituto de Estudos Socioambientais e Regional Catalão. Bolsista/CNPq/. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, Geografia do Trabalho, Geografia Agrária e Planejamento Urbano e Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, políticas públicas, Cerrado e Povos Cerradeiros, luta pela terra, pela água e pela reforma agrária, produção camponesa, agrohidronegócio, modernização do território, agroecologia e movimentos sociais. Membro do Conselho Editorial de diversas revistas nacionais e estrangeiras. Foi Secretário da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) de 2009 a 2011. Foi Presidente da AGB/Seção Catalão (2003-2005). É Membro Fundador e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais ? GETeM/UFG. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho ? CEGeT/UNESP. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisa das Dinâmicas Territoriais ? LABOTER/IESA/UFG. Foi Coordenador do Programa de Pós-graduação ? Mestrado em Geografia da UFG/Regional Catalão (2008 a 2010). É Coordenador da Rede Goiana de Pesquisa em Agroecologia (FAPEG). Desenvolve projetos de pesquisa e extensão e cultura, assessora movimentos sociais, instituições públicas, organizações não governamentais, Ministério Público etc., sobre os efeitos socioambientais de mega empreendimentos e as transformações espaciais no Brasil e em áreas de Cerrado. De abril de 2013 a março de 2016 foi Secretário Municipal de Meio Ambiente em Catalão/GO.

Júlio César Pereira Borges

Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos sociambientais da Universidade Federal de Goiás. Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos sociambientais da Universidade Federal de Goiás. Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão (2001). Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão (1995). É professor efetivo do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. Tem experiência na área de Geografia e História com ênfase em Economia, Políticas Públicas, ensino de Geografia, Geografia e Literatura. É pesquisador da Dinâmica Territorial de Goiás.

Artigo recebido em Maio de 2016.
Aceito para publicação em Julho de 2016.